



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS - CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA (FACHTO)**

**ANA MARIA RODRIGUES CHAVES**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO  
AÇAÍ NA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS EMPREENDEDORES  
POPULARES DE IGARAPÉ-MIRI/PA (CAEPIM)**

**CAMETÁ/PA  
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS - CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA (FACTHO)**

**ANA MARIA RODRIGUES CHAVES**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO  
AÇAI NA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS EMPREENDEDORES  
POPULARES DE IGARAPÉ-MIRI/PA (CAEPIM)**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a  
Faculdade de História - FACTHO /UFPA - do Campus  
Universitário do Tocantins-Cametá como um dos pré-  
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em  
História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de  
Moraes Pinto.**

**CAMETÁ/PA  
2016**

**ANA MARIA RODRIGUES CHAVES**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO  
AÇAÍ NA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS EMPREENDEDORES  
POPULARES DE IGARAPÉ-MIRI/PA (CAEPIM)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto**  
**Orientadora**

---

**Prof<sup>a</sup> Doutoranda Tatiane do Socorro Correa Teixeira**  
**Membro da Banca**

---

**Prof<sup>a</sup>. Mestranda Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro**  
**Membro da Banca**

**CAMETÁ/PA**  
**2016**

A minha mãe, Maria Célis, e meu pai, Timóteo, pelo incentivo e presença em todos os  
momentos;

Ao meu esposo Ezequiel diante do qual faltam adjetivos para caracterizá-lo. Pra você  
tudo o que sou. A você meu eterno amor e gratidão;

A minha filha Alana que mesmo na inocência de uma criança soube compreender minha  
ausência;

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar e guiar sempre meus passos e de minha família e principalmente por sua infinita glória de me dar a vida para poder concluir mais uma etapa na minha vida.

Ao meu esposo Ezequiel Fonseca Araújo pelo companheirismo e por estar sempre ao meu lado me apoiando e ajudando. Pela sua compreensão e por ter sempre uma palavra de incentivo e me receber sempre com um abraço e um sorriso o que tornou tudo mais fácil.

A minha filha Alana Chaves Araújo que sempre compreendeu minha ausência e com a singeleza de uma criança sempre me acolheu com muito amor e carinho.

Aos meus pais Timóteo e Maria Célis pelo dom da vida, pela dedicação, incentivo, pensamentos positivos e pela orientação que proporcionaram-me lutar por este ideal.

Aos meus irmãos(ãs) e seus cônjuges que mesmo distante mantiveram-se sempre ao meu lado.

A minha sogra Terezinha Fonseca Araújo e meus cunhados, a vocês minha gratidão e admiração.

A Ana Maria Pereira e Jociana Pereira que me acolheram em sua residência fazendo-me sentir parte de sua família. Sem vocês esta conquista certamente não seria possível.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr. Benedita Celeste de Moraes Pinto pela orientação e acompanhamento neste trabalho de conclusão de curso, a qual foi essencial na escolha do tema me fazendo enxergar a grandeza deste tema que me proponho analisar neste trabalho.

Aos professores (as) que compartilharam seus conhecimentos com nossa turma. Não os denominarei para não esquecer de algum, sem vocês nosso sonho jamais se tornaria realidade. Cada um com suas particularidades mostrou-me o caminho do saber. Meu mais profundo agradecimento.

Aos colegas de turma, nesta luta travada, nesta jornada significativa para cada uma de nós, muitas foram as vezes que vencemos obstáculos e desânimos sem jamais esquecer onde queríamos chegar. Objetivos comuns nos uniram e juntos comungamos

das mesmas coisas, aprendemos e crescemos. Obrigada pelo companheirismo de sempre.

As minhas colegas de grupo Patrícia, Isabelly e Lúcia que sempre me ouviram nos momentos de ansiedade e tristeza e que sempre me fizeram acreditar na minha capacidade.

A Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) na pessoa de seu presidente, o Sr. Ismael Fonseca pela contribuição no fornecimento das informações necessárias para a construção das reflexões realizadas ao longo da pesquisa e a todas as entrevistadas pela paciência em dialogar e fornecer um pouco de sua experiência no cultivo do açaí. A todos muito abrigada.

## RESUMO

O presente trabalho trata da participação feminina na produção e comercialização do açaí na Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) objetivando investigar a atuação das mulheres em todos os processos de produção deste fruto, evidenciando sua efetiva participação nas diferentes etapas em torno das quais se desenvolve o comércio do açaí, no município de Igarapé-Miri, como, por exemplo, na confecção de utensílios, como rasas e peconhas, manejo dos açazais, apanhação e debulha dos cachos, carreto (transporte das rasas do interior das propriedades para a margem dos rios e igarapés para ser transportado), comercialização, e gerenciamento dessa produção por meio das associações e cooperativas de trabalhadores rurais. Metodologicamente, utilizou-se das atividades de pesquisa levantamento e estudos de obras bibliográficos referentes ao assunto em estudo, dentre os quais destacam-se MOURÃO (2011), LISSANY (2011), REIS (2008), DEL PRIORI (1994), PINTO (2004) THOMPSON (2012) e HOBBSAWM (1998), além da pesquisa e observação em campo com realização de entrevistas abertas, portanto, com uso de fontes orais as quais representam um importante instrumento para verificação da história em um tempo ainda presente, fazendo visível os sujeitos envolvidos no processo da produção e comercialização do açaí – principal agente da economia local.

**Palavras-chave:** Mulheres, Açaí, Produção e Comercialização.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>1 LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....</b>	<b>13</b>
1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS FEMININAS: UMA PORTA DE SAÍDA PARA A LIBERDADE.....	14
1.2 <b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA     O EMPODERAMENTO FEMININO.....</b>	<b>18</b>
1.3 MULHERES AMAZÔNIDAS: UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA EM UM CONTEXTO MACHISTA.....	23
1.4 MULHERES E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.....	26
<b>2 ATUAÇÃO DAS MULHERES NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO     DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI: UM POUCO DA HISTÓRIA.....</b>	<b>29</b>
2.1 IGARAPÉ-MIRI: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICO-GEOGRÁFICA.....	30
2.2 MOVIMENTO DE MULHERES (OU SOCIAIS) E A FUNDAÇÃO DA CAEPIM EM IGARAPÉ-MIRI: NOVOS RUMOS, NOVOS DESAFIOS.....	34
2.3 AS MULHERES COMO AGENTES SOCIAIS NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA CAEPIM.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>FONTES DA PESQUISA.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante muitos anos acompanhei de perto todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres seja nas atividades relacionadas ao manejo dos açazais, no plantio, na colheita do fruto, na confecção das rasas e no processo de comercialização (compra e venda) e também nas discussões travadas em torno da busca de conseguir melhores condições de manejo bem como mercados para vender a produção, e todos esses espaços a mulher estava presente assumindo lugar de liderança e tendo grande poder de decisão. Por esse motivo no momento que tenho a oportunidade de escolher um tema para pesquisar meu interesse se volta para a mulher, como forma de dar visibilidade e reconhecimento a estas que não por acaso conquistaram seu espaço na sociedade. Enquanto mulher ribeirinha acredito que este trabalho tem grande relevância no sentido de trazer a mulher como agente de sua própria história, alguém que sabe o que quer e onde quer chegar, traz um reconhecimento a todas as mulheres trabalhadoras envolvidas nas atividades do açaí que muitas vezes não é dado o valor merecido. O presente trabalho trata da participação feminina na produção e comercialização do açaí na Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) objetivando investigar a atuação das mulheres em todos os processos de produção deste fruto, evidenciando sua efetiva participação nas diferentes etapas em torno das quais se desenvolve o comércio do açaí, no município de Igarapé-Miri, como, por exemplo, na confecção de utensílios, como rasas, manejo dos açazais, apanhação e debulha dos cachos, carroto (transporte das rasas do interior das propriedades para a margem dos rios e igarapés para ser transportado), comercialização, e gerenciamento dessa produção por meio das associações e cooperativas de trabalhadores rurais.

Consideravelmente influenciado pelos trabalhos de Lissany (2011) o qual evidencia a mulher no contexto dos movimentos sociais e tem grande relevância por demonstrar as mulheres como agentes de sua própria história e após entrar em contato com a Prof<sup>a</sup> Dr. Benedita Celeste que tem como objeto de estudo questões referentes as mulheres e as lutas travadas por estas ao longo da história na busca da efetivação dos seus direitos, o presente trabalho analisa especificamente a participação das mulheres na produção e comercialização do açaí, mostrando todo seu protagonismo.

As reflexões acerca da atual participação feminina nos movimentos sociais e organizações perpassam, inicialmente por um longo e árduo caminho traçado com dificuldades e muita convicção por aquelas que, primeiro idealizaram uma sociedade

mais justa e comum a todos sem distinção e discriminação (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2007). E sem dúvida esta já conseguiram pois muitas das suas importantes reivindicações já foram conquistadas pois as mulheres estão ocupando cargos nas direções dos mais variados espaços sociais.

Notadamente, a consolidação desta sociedade já se concretizou pois as mulheres nos dias atuais são reconhecidas e tem seus direitos garantidos. Pois é válido lembrar que muitas foram aquelas que se dedicaram a lutar por uma sociedade capaz de reconhecer a mulher como protagonista de sua história e de grande capacidade organizativa.

No que concerne especificamente o universo feminino, ainda há uma série de conquistas a serem alcançadas, mas é notório que estas ocuparam os espaços que almejavam e muitas das suas reivindicações do passado, hoje constituem uma realidade. Organizadas essas mulheres galgaram seus espaços na sociedade e hoje estão inseridas em ambientes outrora ocupados unicamente por homens, embora em alguns destes ainda tenham um salário inferior apesar da realização de funções semelhantes. (PINTO, 2004).

Em Igarapé-Miri a organização feminina deu-se inicialmente em ambientes religiosos, de maneira especial na Festividade de Sant'Ana – padroeira do município, em decorrência de um grupo de oração genuinamente feminino por volta de 1966, o que lhes proporcionou maior consciência político-social além de uma capacidade organizativa significativa. (LISSANY, 2011).

Uma vez inseridas nos ambientes religiosos as mulheres passaram a buscar a ocupação de novos e desafiadores espaços na sociedade miriense. Assim passaram a ocupar o STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), participando, embora de maneira limitada de sua tomada no ano de 1988. Atualmente representam 50% da diretoria deste e estão inseridas em todas as bases sindicais espalhadas ao longo de todo o município.

A tomada de consciência de seu importante papel na sociedade advinda de uma participação mais efetiva nos movimentos sociais, aliada a uma maior formação político-social levou as mulheres também a participar no ano de 1990 da fundação da Associação Mutirão, que “surge como alternativa de incentivo, para que as famílias deixassem o extrativismo individualizado, que estava destruindo as reservas naturais do município e passassem a produzir para o autoconsumo”. (LISSANY, 2011, p. 68). Ao

buscar uma produção para o auto consumo os trabalhadores rurais abandonaram a derrubada desordenada dos açazais para a retirada do palmito e passaram a valorizar a produção do fruto do açazeiro – o açai, o que conteve a destruição do meio ambiente e proporcionou uma economia mais sólida aos trabalhadores, pois estes agora poderiam vender o açai durante a safra e nos períodos de falta deste (a entre safra), realizar o manejo dos açazais, retirando apenas as árvores com uma produção deficiente. (MOURÃO, 2011)

A consolidação de um movimento de mulheres em Igarapé-Miri, no ano de 1993, também pode ser apontada como uma das conquistas das mulheres, fruto de suas lutas, e também espaço de busca de direitos

Finalmente no ano de 2005 com a fundação da CAEPIM (Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri) uma nova conquista surge para coroar (e não finalizar) a série de espaços tomados pelas mulheres mirienses, pois nesta as mulheres puderam participar decisivamente de todo o processo de produção e comercialização do açai (principal constituinte da economia local) em Igarapé-Miri, atuando nas áreas produtivas (propriedades), na fabricação de rasas<sup>1</sup> e outros utensílios de apoio, bem como na comercialização do produto in natura para outros municípios e estados brasileiros.

Assim sendo este trabalho de pesquisa reflete acerca da participação feminina na produção e comercialização do açai no município de Igarapé-Miri, Estado do Pará, de modo particular na CAEPIM, apontando, para tanto, os pontos de vista dos diferentes agentes envolvidos neste processo, os quais ajudam a entender o papel da mulher também neste importante cenário, construído a partir de muitos sonhos, desafios e uma grande capacidade organizativa conforme as mulheres tem demonstrado ao longo da história.

Metodologicamente, este trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e de campo com a realização de entrevistas abertas, com uso das fontes orais as quais representam um importante instrumento para verificação da história em um tempo ainda presente, fazendo visível os sujeitos envolvidos no processo da produção do açai, pois, conforme salienta Thompson (1992, p. 107) “a evidência oral pode expor, com muito mais clareza do que documentos, os métodos de trabalho de um grande inovador”. Assim a Historia Oral se mostra como um caminho metodológico capaz de dar voz aos

---

<sup>1</sup> Feita de arrumã (*Ischnosiphon ovatus* Kcke) constitui-se uma invenção nativa de grande versatilidade para o transporte em canoas e outras embarcações com espaços curvos em seu interior.

sujeitos protagonistas ou testemunhas de acontecimentos que possibilitam a reconstrução da história por meio de relatos individuais ou coletivos.

As fontes orais, conforme exposto acima não representam a ausência de uma fonte de pesquisa mais confiável, estas introduzem uma compreensão acerca da diversidade do cotidiano dos agentes sociais em questão, neste caso em particular os produtores de açaí. Outrossim, pretende-se ainda melhor analisar a memória coletiva dos sujeitos envolvidos - mulheres – a qual “tem a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 1990, p. 423).

O presente estudo está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo, **Lutas e Conquistas das Mulheres na Amazônia: História e Memória** reflete inicialmente sobre a importância dos movimentos sociais e das lutas femininas como uma porta de saída para a liberdade, fazendo uma breve consideração sobre a economia solidária, uma vez que pretende-se perceber a ação das mulheres no seio de uma cooperativa que tem por base ideológica o cooperativismo solidário; além de analisar a situação socioeconômica das mulheres amazônidas envoltas em um contexto machista e a contribuição das comunidades eclesiais de base (CEB’S) para a inserção das mulheres nos contextos mais politizados da sociedade.

O Segundo capítulo, **Atuação das Mulheres no Comércio e Produção do Açaí em Igarapé-Miri** analisa a atuação das mulheres no comércio e produção do açaí em Igarapé-Miri, apresentando, inicialmente uma contextualização sócio-histórica e econômico-geográfica do município, bem como uma reflexão sobre o surgimento do movimento de mulheres (ou sociais) e a fundação da CAEPIM em Igarapé-Miri, passando por importantes momentos históricos, como a tomada do STTR e a fundação da Associação MUTIRÃO, destacando sempre a participação feminina nestes processos. Finalmente reflete sobre o surgimento da Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) o que as caracteriza como verdadeiras agentes sociais, também no comércio e produção do açaí neste entidade que consolidou, ainda mais, a participação feminina nos organismos sociais nas terras mirienses.

Definitivamente, as reflexões aqui sugeridas pretendem fomentar uma nova conscientização acerca da importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável em Igarapé-Miri além de buscar indícios históricos acerca das iniciativas de organização

político-social que as libertaram do papel de dona-de-casa e as conduziram à condição de agentes da própria história.

## **CAPITULO I**

# **LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

## 1.1 LUTAS FEMININAS EM MEIO A MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA PORTA DE SAÍDA PARA A AUTONOMIA.

Historicamente percebe-se uma significativa atuação das mulheres nos movimentos sociais, nas atividades relativas à agricultura familiar, como também nas lutas para alcançarem seus espaços em todos os segmentos da sociedade, questão esta, verificada desde os primórdios da humanidade, embora de maneira assistemática e, por vezes desordenada. A história de mulheres batalhadoras e sonhadoras que buscam incansavelmente ser reconhecidas enquanto membros e parceiras em condições de igualdade com os homens é algo recorrente no processo evolutivo da própria humanidade, mas remonta a um período não muito distante dos dias atuais (LISSANY, 2011)

Por esse motivo, em uma sociedade onde ainda prevalece o poder dos homens, estas tiveram e ainda tem que se desdobrar e arrumar formas de exigir e reivindicar espaços, o que de maneira muito lenta vem acontecendo. Pois, como sugere Del Priore (1994), “melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino e como articulavam a sua resistência” (DEL PRIORE, 1994 p. 13). Ainda nesse sentido Pinto (2004) sugere que “ela [a mulher] sempre se fez presente nos mais variados eventos da nossa história. Embora a sua participação tenha sempre sido ignorada”.

Os constantes embates entre a busca por uma participação feminina mais eficaz e os sistemas vigentes em distintas épocas, podem ser entendidos nos dizeres de Dias (1995) *apud* Pinto (2004) quando lança um olhar sobre a figura feminina na historiografia brasileira. Para ela “o pressuposto de uma condição feminina, idealizada abstrata e universal, necessariamente a-histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerciam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausente a história (PINTO, 2004, p. 27).

De acordo com Del Priore (1994) foi a partir de 1970 com a nova história que favoreceu a expansão da antropologia histórica que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade e com a história das mentalidades voltadas para pesquisas sobre o popular que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar de mulher.

Todavia, Burke, (2005) enfatizando sobre a história cultural, reflete sobre a virada antropológica, momento no qual se passa a discutir temas referentes à cultura e sujeitos sociais que por muito tempo foram silenciados de maneira excludente, fato este que levou alguns historiadores, especialmente na França, Estados Unidos e Grã-Bretanha em contato com seminários de antropologia a utilizar alguns conceitos tipicamente antropológicos em seu fazer histórico, pois o termo cultura passa a ser usado nas suas pluralidades. “O interesse por cultura, história cultural e estudos culturais ficou cada vez mais visível nas décadas de 1980 e 1990 (BURKE, 2005). Essa virada cultural, de acordo com Burke (2005), teve efeitos e significados nas diferentes disciplinas. Sabe-se, porém, que durante muito tempo a história não cedeu espaço para as classes subalternas, uma vez que se fazia a história positivista (BURKE, 2005). Vale a pena lembrar que, segundo Bloch (2001), a história se fazia através das narrativas (BLOCH, 2001). E sem,

“Dúvida nas origens da historiografia, os velhos analistas não se constringiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam desordenadamente acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados de morte de heróis e dos reis” (BLOCH, 2001, p. 52)

A escola dos Annales<sup>2</sup> passa a criticar essa história que não se preocupava em fazer uma história voltada a realidade, “os fundadores dos Annales incitaram os historiadores para irem observar ao vivo, os grupos sociais e as estruturas econômicas em suma para abordarem cada sociedade no sentido de sua maior profundidade” (BURGUIERE, 1995, p. 129). A partir desta nova concepção e da aproximação da antropologia e da história, os historiadores começam a fazer uma história social, ou seja, dar ênfase aos assuntos sociais como também a outros esquecidos pela história, como evidencia Burguiere (1995):

“É preciso conceder direito de cidadania à história dos humildes, ao lado da história dos poderosos; o obscuro camponês que melhora a técnica do essartage no âmbito de um sistema de gestos herdados e de uma paisagem aparentemente imóvel, é um agente histórico tão importante quanto um gênero que ganha uma batalha” (BURGUIERE, 1995, p. 130)

---

<sup>2</sup> Nova visão de História que consiste no abandono da visão positivista e passa a observar o cotidiano.

Mostrar a história não somente dos vencedores, mas também dos vencidos, era uma maneira de dar voz aos excluídos da História, permitindo abordar os mais diferentes temas. É nesse cenário que ganha destaque o que se denomina uma história vista de baixo, onde os excluídos até então passam a ter mais espaço e oportunidades, pois a história se valerá tanto dos vencidos como dos vencedores para assim compreender a importância e o papel de cada um (BURGUIERE, 1995). Como já evidencia Hobsbawm, (1998) “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela (HOBSBAWM, 1998)”.

Nesse sentido e com todas as mudanças sofridas ao longo do tempo, o objeto da história ainda permanece sendo o homem, mas o historiador muda seu foco, escolhendo outro, onde quase tudo passa a ser foco de estudo da história. É em meio a essa nova forma de fazer história, agora vista de baixo que a luta e organização das mulheres se fundamenta e muitos historiadores passam, então, a focar seus estudos na luta das mulheres. Pois conforme sugere a autora:

“Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido. Só assim, podemos libertar as imagens femininas do olhar que as vê contraditórias, pois pensar o porquê e para quê de uma história da mulher brasileira significa abandonar as polarizações e deixar emergir a memória de tensões entre os papéis masculinos e femininos, vislumbrando além de seus conflitos e complementaridades, o tecido mesmo da narrativa histórica.” (DEL PRIORE, 1994, p.11)

Vale ressaltar que durante os anos de 1980 e 1990 surgem vários movimentos buscando direitos e espaços na sociedade, uma vez que estes adquirem consciência e passam a lutar pela independência no terceiro mundo, enquanto os países ricos querem manter-se na exploração econômica. Isso colocará todos as desigualdades em evidência, entre as quais destaca-se o feminismo, que de acordo com Burke (2005) “teve implicações amplas para a história cultural, pois estava preocupado tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional” (BURKE, 2005).

A historiografia das últimas décadas, conforme salienta Dias (1995) *apud* Pinto (2004) favorece a história social das mulheres quando volta-se para a memória de grupos marginalizados socialmente. Para ela “novas abordagens e métodos adequados

libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano” (PINTO, 2004, p. 30)

Nesse sentido, este estudo volta-se para a análise das condições vivenciadas pelas mulheres em termos de lutas de resistências, bem como as formas de organização encontradas por estas para garantir seu espaço na sociedade (LISSANY, 2011).

Estando as mulheres presentes e contribuindo de forma ativa em vários segmentos em todo o Brasil, o que não difere da realidade verificada no Município de Igarapé-Miri/PA, locus desta pesquisa, onde as mesmas assumem a partir de meados dos anos 80 uma atuação mais contundente, posicionando-se como verdadeiras formadoras de opiniões e participantes decisivas nas discussões voltadas especialmente para os movimentos sociais, como forma de encontrar mecanismos eficazes para suprir as dificuldades enfrentadas pelo município que encontrava-se em péssimas condições econômicas, uma vez que os engenhos haviam falido e a cana-de-açúcar era sua principal fonte econômica.

A partir de então começam as discussões acerca de possíveis alternativas econômicas em substituição a cultura da cana-de-açúcar que declinava consideravelmente em todo o município. Neste cenário, no qual o açaí passa a receber atenção especial e fortes investimentos, as mulheres assumem um papel de destaque nas discussões e conseqüentemente nas organizações de produtores rurais (especialmente nas cooperativas e associações) que começam a surgir com uma forma de melhor organização dos agricultores, mulheres estas, vale lembrar, que também haviam trabalhado nos roçados de cana-de-açúcar.

Nesse sentido, pretende-se refletir acerca da atuação feminina no que tange a produção e comercialização do açaí no município de Igarapé-Miri/PA, destacando para tanto, a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) como uma importante ferramenta de conscientização e organização popular, capaz de fomentar oportunidades para as mulheres (em condições de igualdade com os homens) construírem discussões sobre a consolidação do açaí como principal elemento da economia do município.

Vale ressaltar que inicialmente o açaí (originário da palavra tupi "yasa'i", que significa: a fruta que chora. (REIS, 2008) não possuía valor comercial, sendo utilizado apenas para consumo das famílias que o cultivavam de forma nativa e em pequenas propriedades.

Em meados da década de 1970 e 1980, no entanto, em decorrência da decadência do ciclo da cana-de-açúcar, os trabalhadores, recém desempregados passam a explorar de forma predatória o palmito do açazeiro o qual adquire importância comercial, tornando-se, na década de 1980, a ser o “primeiro produto extrativo em quantidade” (MOURÃO, 2010). Contudo esta exploração desordenada passou a representar uma ameaça para o meio ambiente, uma vez que o corte do açazeiro para a venda do palmito implica na morte das palmeiras e compromete, conseqüentemente, a recuperação dos açazais (MOURÃO, 2010).

Porém com a tomada do sindicato dos trabalhadores rurais pelos próprios trabalhadores, iniciou-se um trabalho visando a recuperação da vegetação natural outrora destruída pela extração do palmito (REIS, 2008) o que proporcionou uma maior conscientização ambiental por parte dos trabalhadores ribeirinhos e um cultivo mais consciente dos recursos naturais. Surgem, nesse momento as associações e cooperativas populares entre as quais destaca-se a Associação Mutirão (1990), CAEPIM (2005) Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI) (2006), Associação de Mulheres (1996), que possibilitaram uma maior conscientização coletiva e a diversificação da produção agrícola familiar (REIS, 2008). Entre os principais produtos destaca-se o açaí, hoje, um dos principais constituintes da economia do município de Igarapé-Miri.

Ao conceber e principalmente adotar o açaí como principal elemento da economia e fonte de renda para as famílias envolvidas em sua produção, inaugurou também uma nova maneira de conceber as relações econômicas, não mais pautadas no capital e no lucro a todo custo, e sim ancoradas em visão de cunho mais solidário, participativo e sustentável, momento no qual passa-se a buscar uma compreensão mais fundamentada sobre a economia solidária, o que se faz na seção que se segue.

## **1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O EMPODERAMENTO FEMININO**

Como definir a concepção de economia solidária? Enquanto prática do campo socioeconômico ela pode ser materializada em suas dimensões ideológicas mais profundas? Quais seus efeitos e implicações para a vida socioprodutiva de uma dada sociedade? Estas e outras perguntas ainda demandarão muitos esforços científicos e

empíricos, uma vez que as respostas até agora sistematizadas não abarcam, suficientemente, a complexidade do tema. (ARAÚJO, 2013).

Em todo caso, Paul Singer (2002) salienta que a economia solidária “foi concebida para ser uma alternativa superior [ao capitalismo], por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma *vida melhor*.” (PAUL SINGER, 2002).

Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam (SINGER, 2002, p. 114-115).

Essa afirmação, porém, não é suficiente para satisfazer um conjunto de inquietações. Afinal, o que é ser “superior ao capitalismo”? A qual “alternativa superior” o eminente professor se refere? Nessa mesma perspectiva de análise, Souza (2012, p. 64) questiona-se: é possível classificar a economia solidária como uma ação comunitária/associativista, uma atitude de filantropia e caridade? Ou seria oportuno depreendê-la como estratégia e/ou uma forma diferente de fazer a economia e o desenvolvimento (SOUZA, 2012, p. 64)?

E sugestivo em lembrar, conforme afirma Souza, que para alguns teóricos, a origem da economia solidária está vinculada aos princípios do socialismo utópico; outros a conceituam como um fenômeno novo, decorrente do processo de desestruturação do mundo do trabalho (SOUZA, 2012). Em linhas gerais, essas reflexões convergem em assumir como referencial a crise da sociedade industrial e a identificação de experiências autogestionárias (EID, 2003; 2012).

Essas categorizações, todavia, parecem limitadas, pois desconsideram elementos fundamentais do universo orgânico da solidariedade, passíveis de exemplificação nas práticas comunitárias presentes em sociedades não industriais. Além disso, é de proveito destacar que a economia solidária ultrapassa os limites do campo econômico, atravessando múltiplas vertentes do mundo da vida dos grupos que a vivenciam, considerando-se o conjunto de suas dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais (ARAÚJO, 2013).

Geralmente, o conceito de economia solidária tem sido explicado como síntese da vivência de um conjunto de princípios e valores, em tese, operacionalizados

de modo fragmentado ou na sua totalidade pelos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Em estudo recente sobre o marco teórico da economia solidária na América Latina, Hernández (2012) evidencia essa convergência conceitual. Para o autor,

“a economía solidaria puede definirse como aquella forma de organizar la producción fundamentada em la autogestión cooperativa de la capacidad de trabajo individual de los miembros de un grupo articulado por vínculos sociales y principios éticos de equidad, compromiso, reconocimiento y ayuda mutua” (HERNÁNDEZ, 2012, p. 24).

Além de figurar como uma carta de princípios, conforme se depreende da citação, a noção de economia solidária é geralmente associada à gestação de “novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica”, de caráter alternativo (GAIGER, 2003, p. 181), evidenciando sua natureza de projeto. Para Luis Gaiger, tais experiências possuem a capacidade de produzir ruptura “nas relações de produção capitalistas”, representando “a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral” (GAIGER, 2003).

Entretanto, o mesmo autor admite que a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos (GAIGER, 2003, p. 189).

Identifica-se, a partir dessas referências, que o aspecto da experimentação social, portanto, gerador de transitoriedades, é uma das principais características da economia solidária. De sorte, há um compartilhamento da ideia de que essa chamada *outra* economia expressa “um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas/realizadas solidariamente, de forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2007, p. 07), caracteristicamente “organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação e complexos cooperativos” (idem), entre outros. Práticas econômicas e sociais nas quais se evidenciam “a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão

democrática pelos membros, a utilização dos excedentes (sobras) e a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização” (SCHIOCHET, 2012, p. 25).

No que concerne ao seu valor para a formação de territórios, a relação da economia solidária com um projeto estratégico de desenvolvimento (alternativo ao paradigma capitalista) tem sido defendida por vários pesquisadores brasileiros, entre os quais podemos destacar: BOCAYUVA (2006); EID (2012); SINGER (2002, 2004); GAIGER (2003, 2004); SCHIOCHET (2012); SOUZA (2011, 2012).

Entre eles, Pedro Bocayuva (2006) argumenta que a economia solidária tem potencial orgânico capaz de fomentar a construção de uma sociedade para além do capital, conforme proposta do filósofo Isteván Mészáros (2011).

A análise de Bocayuva parte das contradições do que ele considera dois padrões de desenvolvimento. Por um lado, o modelo clássico fracassado do trabalho assalariado, legítimo representante do sistema capitalista, altamente concentrador de riqueza para alguns e miséria para muitos, responsável pela divisão da sociedade entre patrões e proletariados. Em contraponto, sugere um alternativo sistema socioeconômico pautado no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade, cuja formatação seja suficiente para criar um novo modo de produção (BOCAYUVA, 2006, p. 17).

Desse modo, o autor concebe a economia solidária para além de uma resistência conjuntural à crise e/ou precarização do trabalho pelo fracasso do capitalismo, ainda que esse seja seu ponto de partida. Essa outra economia é por ele entendida como um dinamizador de desenvolvimento, dada a possibilidade que lhe é assegurada de articular diferentes sujeitos socioeconômicos na produção de territórios. Essa perspectiva ideológica impõe à economia solidária disputar com o modo de produção capitalista o domínio do processo de territorialização, uma vez que, segundo Bocayuva (2006):

“O capitalismo não prescinde da subjetividade do corpo e do saber; ao contrário, usa intensivamente isso. Então, aquilo que não aparece como conflito social (mulher, índio, etc.) é conflito produtivo de geração de riqueza. Capitalismo também não se resume a uma drenagem de economia pela fábrica. Ele drena pela circulação, pelos serviços, pela produção imaginária e simbólica, pela economia do entretenimento e lazer, pela saúde, pela educação, pelas formas de subjetivação, pelos estilos e padrões de consumo” (BOCAYUVA, 2006, p. 22).

Assumida de tal modo, a economia solidária é desenhada estrategicamente como uma matriz de desenvolvimento, geradora de novas institucionalidades, tendo em vista seu dinamismo em criar sinergias e interfaces socioprodutivas. Entretanto, a

construção desse cenário exige a criação de fluxos entre as várias economias coexistentes em um território, sobretudo em função do caráter multifacetado que caracteriza este último (ARAÚJO, 2013).

Do ponto de vista do discurso, os pressupostos aqui esboçados informam o objetivo de experimentar outra economia e outra sociedade decorrentes de uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p. 13). Isso posto, torna-se necessário “produzir uma teoria da prática *atual* e real” (GAIGER, 2003, p. 184) das classes trabalhadoras, pela qual se possa interpretar adequadamente as práticas sociais e econômicas contemporâneas de atores urbanos e rurais livremente associados.

O exame, pois, de tais práticas não deve mascarar as realidades contraditórias do mundo da vida. Isso porque, todo debate sobre desenvolvimento necessariamente está inserido no campo das relações de poder (típicas das sociedades divididas em classes), o que sinaliza a existência de diferentes projetos historicamente em disputa. Esse cenário exige, em última instância, que a experimentação da economia solidária pelas organizações que lhe dão nome esteja sempre ancorada em um projeto político-ideológico de sociedade (ARAÚJO, 2013).

Assim, processos educativos assumem relevância significativa para afirmação da economia solidária. Mais do que isso, seu desenvolvimento está condicionado, segundo Paul Singer (2004), à implementação de uma educação ideológica, isso porque:

“Ao contrário do capitalismo, que se confunde com a ‘normalidade’ e não requer a conscientização dos valores que lhe subjazem, a economia solidária só pode desenvolver suas potencialidades se os seus protagonistas o desejarem conscientemente. Por isso, atividades permanentes de difusão e educação ideológica são partes integrantes duma estratégia de desenvolvimento” (SINGER, 2004, p. 05).

No plano mais objetivo devem ser gestados empreendimentos associativos e/ou cooperativos integrados por atores de um determinado contexto territorial imbuídos do interesse de resolver desafios coletivos concretos para o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a produção de atividades socioeconômicas, assim como a oferta de serviços, assumem papel relevante, quando pensadas para dar conta de demandas reais manifestas por aqueles atores no seio de suas comunidades (FRANÇA FILHO e JÚNIOR, s/d, p. 03).

Assim, como resultado de tais arranjos, uma nova economia surgirá, cujas dinâmicas criarão no “território um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços” (FRANÇA FILHO e JÚNIOR, s/d, p. 03) sob uma lógica de rede. (LISSANY, 2011)

Nessa perspectiva, considera-se que a formação territorial de Igarapé-Miri, município pertencente ao Baixo Tocantins, na Mesorregião Nordeste do Pará, evidencia traços característicos de um cenário como o configurado acima, marcada por um *continuum* de transitoriedades que se materializa a partir de experiências de organização social: *a priori*, como vivência comunitária no campo da produção e do consumo; em seguida, a partir de organizações associativistas e cooperativistas estimuladas pela atuação da Igreja Católica e do movimento sindical rural e, finalmente, na recente participação de atores sociais entre os quais pode-se destacar o empoderamento feminino que ganha terreno fértil na economia solidaria na condução do poder local, o que possibilitou a formatação embrionária de políticas governamentais de desenvolvimento (ARAÚJO & SOUZA, 2013; ARAÚJO, 2015).

### **1.3 UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS LUTAS DAS MULHERES EM UM CONTEXTO MACHISTA.**

É preciso observar, inicialmente, que as mulheres ao longo da história tem sido tratadas com significativa inferioridade em comparação aos homens, o que não dificulta sua participação e/ou intervenção na sociedade, seja na política, na economia, nas relações de trabalho e renda ou mesmo na organização nos movimentos sociais (BURKE, 2005).

As mulheres brasileiras, como afirmam Nascimento e Oliveira, por muito tempo foram submetidas a situações de desrespeito, repressão e agressão por serem consideradas inferiores aos homens, simplesmente pelo fato de serem mulheres, isto recorria a todas as mulheres independentemente da cor ou posição social, sendo muitas vezes consideradas como um objeto ou móvel condicionada apenas aos afazeres domésticos, além também de serem severamente tratadas com violência por seus companheiros ou mesmo por seus pais (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 1977). Vale ressaltar que era assim no passado, hoje elas alcançam direitos e reconhecimento e acima de tudo sua emancipação. Nesse sentido, é válido ressaltar que esse cenário no

qual a mulher era tratada de forma submissa não acabou facilmente conforme evidencia Silva (1977):

(...) a mulher devia obediência ao marido; os filhos deviam obediência ao pai de preferência à mãe; o marido e pai não podiam eximir-se de pagar o sustento da família, fossem quais fossem as suas razões para querer se separar dela. A conduta da mulher obedecia a um controle muito rígido: bastavam umas saídas a passeio para que fosse dada como “perdida”, ao passo que a conduta do marido era sempre encarada com benevolência, fosse ele brincuento, bêbado ou amancebado. O reconhecimento era a pena com que os poderes públicos puniam a má conduta das mulheres. (SILVA 1977. p. 99).

Contudo, é válido ressaltar que mesmo tendo seus direitos violados e por muitas vezes castigadas, as mulheres nunca desistiram de lutar por seus ideais e mesmo as escondidas e contra todas as formas de violência e repressão é salutar que estas também agiam (e ainda o fazem) na busca por seus direitos na sociedade. Mulheres estas “que ultrapassam as barreiras ideológicas do silêncio da historiografia para provarem que são, igualmente, portadoras de poderes diante dos homens. Poderes nos mais variados âmbitos sociais” (PINTO, 1994, p. 26).

As reflexões acima mencionadas possibilitam-nos perceber um pouco da situação desafiadora a qual as mulheres vivenciavam e nos permite compreender algumas das suas reivindicações. Estas usavam dos meios que dispunham para se defenderem, como, por exemplo, utilizando o jornal *O sexo feminino* em Minas Gerais. Algumas mulheres, usavam de heterônimos para conseguirem seus direitos, escrevendo artigos e outras publicações. No começo 1874 pode-se dizer que a mulher teve primeiramente que alcançar seu reconhecimento na esfera doméstica e progressivamente reivindicou novos espaços no mercado de trabalho, como também na política. Em meio a esses espaços de busca de direitos da mulher destacou-se o jornal “*O sexo feminino*” que de acordo com Nascimento e Oliveira (2006, p. 435) “cobrava intervenções mais efetivas no que se entendiam ser os interesses da mulher, demarca sua percepção sobre o campo político, entendido como campo de poder” (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2006, p. 435).

Conforme se pode observar a mulher tinha seus direitos violados, sendo submetidas a diversas formas de agressão por contrariar uma sociedade no qual o machismo era empregado com naturalidade, devido se acreditar que os homens possuíam direitos sobre elas e a eles deviam obediência, pois podiam ser violentadas

pelo simples fato de se arrumarem expondo algum tipo de vaidade, fato este que demonstra o quanto não dispunham de autonomia ao menos sobre seus próprios corpos (DEL PRIORE, 1994).

Dessa forma o jornal “O sexo feminine” em circulação em Minas Gerais a partir de 1873 contribuiu grandemente com o debate atual, promovendo a oportunidade para as mulheres se posicionarem publicamente, especialmente no que tangia os esforços no sentido de serem reconhecidos seus direitos. Ao agirem assim, essas mulheres também pretendiam demonstrar a sua atuação e participação nos assuntos de interesses de toda a sociedade. Estas pretendiam demonstrar que a desigualdade entre os gêneros estava centrada mais em aspectos ideológicos, em concepções que concebiam a mulher como um ser inferior (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2006), reflexos de uma educação excludente e menos em aspectos naturais.

Nesse momento as mulheres queriam ser mais que apenas donas de casa (domésticas) mas também ter o direito de adentrar no mundo do trabalho, de exercer uma determinada profissão que as valorizasse e possibilitasse sua independência, inclusive financeira (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2006).

Nesse cenário de busca de direitos em que as mulheres encontravam-se envolvidas mas que ainda demandavam de uma afirmação perante toda a sociedade surgem os movimentos sociais como uma alternativa de reivindicação e lutas por melhores condições de vida. Assim o engajamento nas organizações sociais e populares representam uma oportunidade imprescindível para as mulheres, até então isoladas, poderem de maneira organizada e sistemática participar das discussões e consequentemente garantir sua inserção em um mundo até então dominado exclusivamente por homens (LISSANY, 2011).

As mulheres ao longo da História mesmo em torno de todo preconceito e discriminação sofridas, vem realizando inúmeras conquistas e obtendo direitos através de suas lutas e reivindicações, como, por exemplo, o direito ao voto, um dos princípios fundamentais de uma sociedade democrática e cidadã. Conforme salienta Lissany (2011), “as mulheres acreditavam que por meio do direito ao voto elas alcançariam a plena cidadania e assim teriam mais acessos à educação e mais direitos legais.” Contudo, vale ressaltar que a efetivação desta importante reivindicação somente se materializou, na prática, muito tempo depois e em diferentes épocas (MURARO, 1995 apud LISSANY, 2011). Países como Estados Unidos e Inglaterra somente concederam

o direito ao voto às mulheres nos anos de 1920 e 1928, respectivamente, mesmo este último tendo iniciado este debate no ano de 1865 (LISSANY, 2011).

No Brasil estas discussões remontam ao ano de 1910 como marco inicial para a consolidação de um direito que se confirma apenas em 1932, após a proclamação, por Getúlio Vargas, do decreto-lei que possibilitava às mulheres o direito ao voto, mesmo porque naquele momento mais de 10 estados brasileiros já garantiam este direito. No Estado do Pará, contudo, nas décadas de 1910 e 1920 quando na maioria dos estados brasileiros eclodiam clamores pela liberdade feminina, não se registram nenhuma tentativa de rompimento com as tradições tradicionais, uma vez que no estado predominava uma “tradição extremamente patriarcalista” (ÀVARES, 1990 apud LISSANY, 2011, p. 44).

Após consolidado este importante direito que certamente marca uma imensurável conquista para mulheres, não cessaram os esforços e lutas destas por melhores condições de vida, o que materializou os chamados movimentos de mulheres, os quais, segundo Lissany (2011), “fazem referência a todos os grupos de mulheres que, num sentido ou noutro, se empenham na luta contra as desvantagens sociais e culturais vivenciadas pelas mulheres.” É válido ressaltar que no cerne desses movimentos encontram-se os movimentos feministas, os quais nos dizeres de Lissany (op. cit.), compreendem:

“... grupos de mulheres, homens e instituições que se identificam com essa denominação, ao mesmo tempo em que refletem e questionam as relações sociais entre homens e mulheres nos âmbitos social, econômico, cultural, relações sexual-afetivas, articulando-as com questões e desafios relativos ao desenvolvimento, à democracia, à cidadania, aos direitos no campo do desenvolvimento, do conhecimento e de enfrentamento de todas as desigualdades sociais. (LISSANY, 2011 p. 47)

Nesse sentido e conforme exposto acima os movimentos feministas proporcionam uma reflexão crítica e consciente acerca das relações entre homens e mulheres nos mais variados aspectos da sociedade fomentando, para tanto, questionamentos acerca de uma maior valorização das mulheres no sentido de buscar uma situação de igualdade em comparação aos homens.

#### **1.4 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: ESPAÇO DE ATUAÇÃO DAS MULHERES MIRIENSES**

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) no Brasil remontam originariamente aos anos de 1960 e seu surgimento referem-se a um período marcado por uma série de acontecimentos oriundos, sobretudo, das lutas e organizações populares que começavam a ganhar destaque em todo o país. Constituídas excessivamente por leigos (designação que se dá ao participante da Igreja que não é consagrado) estas oportunizavam (e ainda o fazem) importantes momentos de discussões acerca das problemáticas que circundam a localidade em torno da qual se organiza a própria comunidade (LISSANY, 2011).

Configuradas como a concretização de uma opção feita preferencialmente pelos pobres e marginalizados em decorrência das Conferências de Medellín (1982) e Puebla<sup>3</sup> (1979) o que foi possível somente após o Concílio Vaticano II (1962-1965) as Comunidades Eclesiais de Base, representam “uma ação pastoral, que baseada na experiência comunitária, teria como fruto um reavivamento da fé, da esperança e da caridade ... como a orientação para transformá-las no espaço de vivência da presença do Cristo ressuscitado” (SILVA et al, p. 2) e conduziram os leigos (e entre estes as mulheres) para o centro da ação evangelizadora da igreja, os que o dotou de possibilidades de organizar-se popularmente em consonância com aqueles que comungam dos mesmos ideais.

É válido, ainda ressaltar que no cerne das CEB's ganham destaque significativo, além da própria ação evangélica e pastoral o engajamento e a participação dos comunitários (aqueles que participam de uma comunidade) nas organizações populares, tais como os sindicatos, as associações e cooperativas, movimentos estudantis e de mulheres, ou seja, uma vez organizados em comunidades e mais esclarecidos, visto que as CEB's oportunizam variados momentos de formação em diferentes áreas aos seus participantes, estes lançam-se nos diferentes campos da sociedade (social, político, econômico) afim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todos, conforme preconizam os princípios evangélicos e pastorais da própria Igreja, como defende o Sr. Ezequiel Fonseca<sup>4</sup> agente de pastoral da Paróquia de Sant'Ana.

---

<sup>3</sup> Reunião do episcopado da América Latina realizadas na Colômbia e México, respectivamente, que consolidou a opção preferencial da igreja pelos pobres e marginalizados em consequência realização do Concílio Vaticano II (1962-1965)

<sup>4</sup> Ezequiel Fonseca Araújo, 32 anos é agente de pastoral da Paróquia de Sant'Ana – Igarapé-Miri, com atuação em diversas pastorais.

Um dos grandes diferenciais da Igreja católica em relação as demais é a disseminação do conhecimento, ou seja, na Comunidade é dada a todos a oportunidade de buscar formação em diferentes áreas por meio dos encontros de formação. No surgimento das comunidades cristãs em Igarapé-Miri discutia-se, por exemplo os impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, só pra dar um exemplo. De posse dessas formações os leigos iam se envolvendo em outros campos além do religioso, o que culmina hoje no fato do nosso município ter um prefeito surgido nas comunidades tendo inclusive ajudado no surgimento de algumas delas. (Fala de Ezequiel Fonseca, agente de pastoral)

Iluminadas por ideais de liberdade e fraternidade, com excessiva preocupação com uma vida digna e de qualidade para todos as CEB's proporcionaram às mulheres um despertar (e uma consequente inserção) em ambientes de caráter mais político-social, como revela D. Maria de Jesus, participante de uma Comunidade Cristã há 40 anos.

“Desde o início a Comunidade Cristã, a Comunidade Eclesial de Base tem uma importância no papel da atuação da mulher muito forte, porque foi através dela que nós descobrimos e buscamos nossos direitos na sociedade, porque antes das comunidade as mulheres não participavam de nada. Tudo o que acontecia só homem ia, então através da comunidade que as mulheres começaram a ir. No culto com a palavra de Deus a gente foi descobrindo os direitos que se tem como mulher.” (Fala da D. Maria de Jesus – em 09/02/2016)

Em Igarapé-Miri/PA conforme acontece em toda a diocese de Cametá<sup>5</sup> a organização das Comunidades Eclesiais de Base representa um dos espaços que mais tem possibilitado a atuação de grupos organizados no enfrentamento de mazelas sociais, entre os quais destaca-se, certamente as mulheres que desde a criação das comunidades vem participando assiduamente dos debates em favor da construção de uma sociedade na qual todos terão seus direitos respeitados, o que garantiria o pleno exercício da cidadania, a qual segundo Gentili (2000), compreende “o exercício de uma prática indefectivelmente política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários” (GENTILI, 2000, p. 147).

Corroborando com as reflexões acima sugeridas faz-se interessante um depoimento de uma entrevistada quando esta se refere ao envolvimento das mulheres no seio das Comunidades de base e de com estas fomentaram uma participação mais consciente na sociedade.

---

<sup>5</sup> Delimitação de caráter religioso que compreende as Paróquias dos municípios do Baixo Tocantins, bem como aquelas localizadas no entorno da região Transamazônica.

Nas celebrações e acabou indo para os outros movimentos. No início das CEB's as mulheres começaram a participar. Tinha os intercomunitários que discutiam assuntos que... ajudavam a gente a reconhecer os direitos da gente e entrar para conquista-los. Também tinha os encontros de Anilzinho, que eram encontros de lavradores e as mulheres participavam e foram descobrindo seus direitos como mulher do campo e a igreja contribuiu dando essa formação, tanto faz cristã como social. (Fala de Maria de Jesus – em 09/02/2016)

Esta importante definição possibilita-nos uma melhor compreensão acerca dos principais objetivos daqueles (e daquelas) que lançam-se nas lutas em favor da construção de uma sociedade melhor para todos, conforme preconizam as mulheres mirienses, quando buscam sua inserção nas Comunidades Eclesiais de Base e no seio destas contribuem significativamente para que as ideologias que fundamentam a igreja como um todo “vida plena para todos” se consolide efetivamente entre os povos.

## **CAPITULO II**

### **ATUAÇÃO DAS MULHERES NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI**

## 2.1 IGARAPÉ-MIRI: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICO-GEOGRÁFICA

Localizada no território do Baixo-Tocantins, na microrregião de Cametá e pertencente à mesorregião do Nordeste Paraense a cidade de Igarapé-Miri constitui-se atualmente de acordo com dados do IBGE (2011) de uma população estimada em 58.077 (cinquenta e oito mil e setenta e sete) habitantes, dos quais 51% são homens e 49% mulheres. Deste total, 45% reside na área urbana do município e 55% na área rural a qual nos dizeres de Cunha (2006) *apud* Lissany (2011) é formado por “ilhas fluviais, banhadas pelas águas do estuário do rio Tocantins, entrecortadas por uma série de cursos d’água conhecidos como furos e igarapés.” Sua área territorial é de 2.046, 81 (dois milhões quarenta e seis mil e oitenta e um) km<sup>2</sup>, constituída de 500.000 km<sup>2</sup> de área urbana e de 1.546, 81 km<sup>2</sup> de área rural (CUNHA, 2006 *apud* LISSANY,2011). Ver imagem abaixo:



Imagem do município de Igarapé-Miri. Fonte: Google

Etimologicamente a palavra Igarapé-Miri provém da união de vocábulos pertencentes a linguagem de povos Tupi, chamados de povos da água. Assim, Igarapé é composto por “yg” (rio ou caudal d’água), “iara” (senhora) e “pé” (caminho) e significa, portanto “caminho da senhora das águas”. Já a palavra Miri (ou mirim) significa pequeno, assim a tradução seria “pequeno caminho da senhora das águas” (REIS, 2008)

Fundada em 26 de julho de 1845, a cidade de Igarapé-Miri consolidou-se como Município em 27 de dezembro de 1930, por meio da lei estadual de nº 78, após uma série de transformações políticas em todo o país, entre as quais destacam-se a instauração da República e a revolução de 1930<sup>6</sup>. Inicialmente, no lugar onde situa-se a sede do município havia uma fábrica para beneficiamento de madeira (conhecida popularmente por serraria) a qual era exportada para a capital da metrópole da Amazônia, a cidade de Belém (REIS, 2008).

Constituída, conforme já exposto por uma área rural formada por comunidades ribeirinhas, Igarapé-Miri no que diz respeito aos seus aspectos econômicos, assim como os demais municípios da região do Baixo-Tocantins está ligada diretamente a exploração dos recursos naturais, que segundo Cunha (2006) e Reis (2008), remontam historicamente ao século XVIII com a extração madeireira, sendo este o primeiro grande ciclo econômico do município, inclusive com a utilização de mão de obra escrava indígena (REIS, op. cit.), em seguida avançou para outros ciclos produtivos como: borracha, cacau, farinha de mandioca, arroz, milho, palmito, cana-de-açúcar (LISSANY, op. cit.). Nesse sentido, também acerca da colonização do Município de Igarapé-Miri, Lobato (1985), ressalta.

A origem da colonização do município de Igarapé-Miri ocorreu no século XVII, quando, a caminho de terras férteis e de fortuna fácil, o colonizador começou a fincar os alicerces das inúmeras propriedades fabris e rurais beneficiadas pelas cartas de sesmaria concedidas por El-Rei Dom João. Foi construída uma fábrica nacional para beneficiamento de madeiras, que daí eram exportadas para Belém, em abundância e das melhores qualidades. (LOBATO, 1985, p. 37)

Conforme se evidencia nas reflexões acima apresentadas, a cidade de Igarapé-Miri tem seu surgimento envolto em um processo de extração madeireira para a capital do estado, o qual se constituía pela utilização de mão de obra, inclusive, escrava que trabalhavam para o enriquecimento do colonizador. Ainda no que concerne aos aspectos econômicos vale ressaltar que até a década de 1970 a cana-de-açúcar foi a produção mais relevante do município de Igarapé-Miri e que esta, por meio dos engenhos, possibilitava uma significativa fonte de emprego e renda aos trabalhadores

---

<sup>6</sup> Movimento de revolta armado, ocorrido no Brasil em 1930, que tirou do poder, através de um Golpe de Estado, o presidente Washington Luiz. Com o apoio de chefes militares, Getúlio Vargas chegou à presidência da República.

[http://www.historiadobrasil.net/brasil\\_republicano/revolucao\\_1930.htm](http://www.historiadobrasil.net/brasil_republicano/revolucao_1930.htm)

locais - em 1975 existiam 54 engenhos em Igarapé-Miri (CUNHA, 2006 *apud* LISSANY, 2011).

No final da década de 1980 começa, então a declinar o ciclo produtivo dos engenhos motivo pelo qual “os agricultores da região começaram a trabalhar na extração do plantio e da produção do açaí, um processo de recuperação das áreas de açais nativos, retomando práticas tradicionais de manejo florestal” Lissany (2011), o que contribuiu tanto para a demarcação da terra, quanto para a geração de trabalho e renda no município, provocando um dinamismo econômico relacionado à pequena propriedade rural, repercutindo na situação socioambiental, em âmbito urbano e rural. (REIS, 2008 *apud* LISSANY, 2011)

Atualmente o açaí representa o principal constituinte da economia do município, levando-o, inclusive a ser reconhecido popularmente como “a capital mundial do açaí” devido sua produção e comercialização em grande escala. Fato consolidado sobretudo após o surgimento dos organismos sociais que proporcionaram aos trabalhadores/as rurais maior organização no que concerne à produção e ao comércio do açaí, entre os quais destaca-se a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM), conforme se verifica na tabela apresentada a seguir:

<b>Produto/Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>
Açaí	36.973,02 L	37.425,50 L	37.836,25 L	21.302,70L
Camarão	5.588,33 kg	7.582,00 kg	1.929,50 kg	***
Pescada	***	2.829, kg	8.213 kg	***
Murumuru	***	7.376,40 kg	519,85 kg	***

Fonte: Relatório de comercialização da CAEPIM

Conforme se observa nos dados acima a CAEPIM é, certamente um importante mecanismo por meio do qual homens e mulheres organizam-se na busca de um comércio mais consistente para a produção do açaí, afinal são mais de 133.000 latas do produto em estado natural comercializadas em apenas 04 (quatro) anos (isto por que não encontrou-se registros da comercialização dos anos restantes o que daria uma informação mais precisa). As quais estão diretamente relacionadas a participação das famílias que trabalham baseadas em um sistema de produção familiar.

Outro dado importante denunciado pela tabela diz respeito a busca por uma cultura de produção alternativa ao açaí, fato consolidado após o surgimento da

CAEPIM. Como é possível observar produtos como camarão (15.099,83 kg), pescada (11.042 kg) e Murumuru (7.897,25 kg)<sup>7</sup> passaram a subsidiar a renda das famílias cooperadas no período de maior escassez do açaí, a chamada entressafra<sup>8</sup>.

Nesse contexto merece destaque ainda a comercialização para indústrias de cosméticos que lançam-se em toda a Amazônia e de modo especial na cooperativa em questão em busca de “diversos insumos, matéria-prima e fonte de inspiração para fabricação de produtos, como óleo essencial de açaí (matéria-prima significativa para a indústria de cosméticos) e as raízes de açaí utilizadas na medicina tradicional e na confecção de bijóias, bijuterias elaboradas com sementes.” (PRESLER, 2008, p. 7)

É preciso ressaltar, ainda, que as mulheres estão diretamente envolvidas na produção e no comércio do açaí nesta cooperativa, quer seja como produtoras ou na direção da própria entidade como afirma o Sr. Ismael Fonseca, presidente da CAEPIM:

“A participação delas (das mulheres) dentro da cooperativa se dá nos debates, nas assembleias, reuniões, na produção mandando sua produção, nos momentos de formação, nos encontros e na dinâmica administrativa da cooperativa, nos conselhos e na coordenação” (Fala do Sr. Ismael Fonseca Araújo, presidente da CAEPIM).

Conforme pode-se observar é salutar a participação das mulheres mirienses na produção e comércio do açaí em Igarapé-Miri nos seus diferentes processos, tais como, limpeza das propriedades, plantação das mudas em áreas devastadas, manejo dos açazais nativos, fabricação dos utensílios necessários para a coleta dos frutos (peconhas e rasas) apanhação (coleta) e debulha dos frutos, carreto (no interior das propriedades) e transporte (nos igarapés) das rasas e, finalmente recebimento da produção no porto da entidade, afim de ser transportado (comercializado) para outros municípios, conforme salienta o presidente da entidade utilizando, para tanto, a CAEPIM como instrumento facilitador, pois proporciona às condições de igualdade com os homens na cooperativa, quer seja na participação de cursos de formação, no gerenciamento da produção ou no envolvimento da própria diretoria da entidade (vale ressaltar que 30% desta se constitui obrigatoriamente por mulheres), quer seja na busca

---

<sup>7</sup> Números referentes aos anos de 2006, 2011 e 2012 para o camarão e aos anos de 2011 e 2012 para pescada e Murumuru.

<sup>8</sup> Considerando a safra, ou seja, o período de maior produção do açaí entre os meses de Agosto a Dezembro, considera-se, por conseguinte o período entre os meses de janeiro a julho como a entressafra.

por comércios, o que desconfigura, no município a ação dos marreteiros<sup>9</sup>, pois, os cooperados não vendem sua produção para um atravessador, o qual repassaria o produto adiante por uma preço muito superior aquele pago ao produtor.

## 2.2 MOVIMENTO DE MULHERES E A FUNDAÇÃO DA CAEPIM EM IGARAPÉ-MIRI: NOVOS RUMOS, NOVOS DESAFIOS.

As reflexões aqui construídas tem pretendido fomentar uma (re)definição do papel feminino no que tange ao comércio e a produção de açaí em Igarapé-Miri no contexto de inserção na CAEPIM. Contudo, esta análise demanda uma compreensão mais ampla acerca dos processos históricos que proporcionaram, que hoje as mulheres mirienses pudessem (e quisessem), se envolver nas questões sociais de uma modo geral e no comércio e produção do açaí em particular.

Assim sendo, faz-se necessário inicialmente que se destaque a crucial importância que possui a Igreja católica no que concerne a inserção das mulheres nos movimentos sociais, visto que é em decorrência da participação na Igreja por meio das CEB's que as mulheres conquistaram uma maior consciência político-social, conforme salienta D. Raimunda<sup>10</sup> atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri.

“Nós militamos na comunidade, foi a Igreja que nos deu a formação.... Na Igreja você aprende por meio do Evangelho e você só pode executar tanto se você for pra alguma entidade, alguma organização onde você possa praticar aquilo que você aprendeu. A igreja tem grande contribuição... Ela é a nossa...a que nos deu toda a força né, todos os princípios vem de lá... É lá que vai se formando as lideranças que devem tá ocupando os espaços.” (Fala de D. Raimunda – em 08/02/2016)

A participação nas Comunidades, sobretudo nos cursos de formação por estas oferecidos e em decorrência das reflexões construídas a partir dos textos bíblicos, conforme se evidencia no depoimento apresentado acima, possibilitou as mulheres, uma maior conscientização acerca do papel da mulher na sociedade, o que culminou com a

---

<sup>9</sup> Trabalhadores que compram o açaí diretamente do produtor e o vendem a uma segunda pessoa que o conduzirá as empresas de beneficiamento do mesmo. Este número de atravessadores acaba determinando um preço inicial (pago ao produtor) irrisório se comparado ao preço final.

<sup>10</sup> D. Raimunda da Costa Almeida é ex-militante das CEB'S e atualmente preside o Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Igarapé-Miri, depois de atuar nas secretarias de finanças e das mulheres na esma instituição.

participação destas nos movimentos de caráter mais social, embora as CEB'S já possuam esta configuração embora possua uma vertente puramente religiosa.

Em se tratando especialmente do movimento das mulheres em Igarapé-Miri percebe-se, de acordo com Lissany (2011), a existência de “duas linhas de explicação para o surgimento do mesmo.” Para um primeiro grupo este surgimento está estritamente ligado ao surgimento das CEB'S, de maneira especial a um grupo de oração na cidade de Igarapé- Miri por volta do ano de 1966. Por outro lado, o segundo grupo adota como referência o processo de politização das mulheres atribuindo o surgimento do movimento “à participação no sindicato dos trabalhadores rurais, que lhes deu condições para pensar sobre uma realidade mais ampla, ultrapassando as questões de caráter religioso para preocupações com a situação socioeconômica e ambiental”. (LISSANY, 2011).

Conforme se verifica não há por parte das próprias mulheres uma delimitação clara acerca da origem do processo de organização das mulheres, apresentando argumentações díspares para o surgimento do mesmo. Contudo, conforme salienta Lissany (2011) as duas linhas de pensamento aparentemente antagônicas, são na verdade complementares. Para ela “a participação nas CEB'S resultou na ampliação da inserção das mesmas (as mulheres) no contexto social e, ao mesmo tempo, proporcionou maior capacidade organizativa. (LISSANY, 2011,). Esta constatação pode ainda ser observada no depoimento<sup>11</sup> apresentado abaixo:

Com a chegada das Comunidades Eclesiais de Base que tenham o objetivo de trabalhar o bem comum, trabalhar a igualdade, trabalhar a melhoria da condição da vida humana as mulheres começaram a perceber a importância do seu trabalho e começaram a ter mais vez... as comunidades foram uma porta aberta para o movimento das mulheres que viviam sob o julgo do marido, como uma pessoa submissa que não tinha direito a falar nada... com a chegada da comunidade ... a gente começou devagarzinho abrindo os olhos para o mundo, começando a falar, começando a se expressar... então, a comunidade foi uma porta pra que nós pudéssemos enxergar nossos direitos. (Fala de D. Benedita – Benoca; em 18/02/2016)

Conforme se observa a chegada das Comunidades Eclesiais de Base foi fator decisivo para a busca por melhores condições de vida seja nas suas casas ou na sociedade. A fala da entrevistada acima evidencia isso claramente.

---

<sup>11</sup> Depoimento de D. Benedita dos Santos Miranda (Benoca), professora aposentada é atualmente da comunidade de S. Benedito

Enquanto movimento organizado vale destacar o engajamento das mulheres que, já na década de 1980, “compunham e organizavam outras ações nos movimentos de base, primeiro com a ocupação do Sindicato de Trabalhadores Rurais/STR–Igarapé-Miri<sup>12</sup> e, posteriormente, com a fundação da Associação MUTIRÃO-AMUT<sup>13</sup>, do movimento de mulheres, do sindicato dos educadores, dentre vários outros que surgiam na época”. (LISSANY, op. cit.)

No que diz respeito a participação feminina é válido ressaltar que estas tiveram, inicialmente, uma atuação limitada nestas organizações sociais, estando ligadas as tarefas de apoio e articulação, (especialmente nos trabalhos na cozinha, fazendo a alimentação para os homens, enquanto estes trabalhavam na terra, nos serviços de limpeza da área, derrubada das matas e o plantio das árvores frutíferas, entre estas, o açaí, além da cavação de poços para a criação de peixes e a construção da própria sede da associação). No caso particular da Associação MUTIRÃO é válido observar o que diz uma entrevistada sobre a participação feminina no início das atividades da Associação:

Quando a gente começou o mutirão... nos anos 90 era muita mulher que dava...mas chegava lá o trabalho era cozinha, não é porque fosse um privilégio e também era um trabalho muito pesado fazer comida pra 100... chegou vez de ter 220 pessoas... mas as mulheres estavam acostumadas a trabalhar na lavoura... mas tinha um tabu que as mulheres não podiam deixar né... a única coisa que restava era essa cozinha por conta de que... o trabalho era no mato e elas não podiam ir pro mato e a gente se rebelou... que nós queríamos trabalhar por que nós sabíamos... então nós começamos a pensar que nós podíamos plantar, podíamos capinar. Essa era uma dificuldade porque tinha mulher que não tinha essa compreensão, achava que da gente se misturar lá com os homens então a gente já ia ter problema... só que não. Só tem problema quem não cuida. (Fala de D. Raimunda – em 08/02/2016)

À medida, porém, que a organização se consolidava como uma alternativa para os trabalhadores rurais no enfrentamento aos problemas vivenciados no município surge por parte das mulheres uma inquietação no sentido de também participar de maneira mais ativa dos trabalhos da Associação. Por esse motivo surgem várias reflexões sobre o papel das mulheres no seio da mesma e estas começam a questionar “a criação de um movimento de articulação para discutir socialmente e politicamente as

---

<sup>12</sup> Fato ocorrido em 20 de junho de 1988 após inúmeras tentativas falhas. Embora importantes para este fim, a participação das mulheres limitou-se inicialmente na mobilização nas comunidades e na campanha de filiação, não participando da direção do sindicato. (Lissany, op. cit.)

<sup>13</sup> Fundada em 20 de maio de 1990 surge como alternativa de incentivo, para que as famílias deixassem o extrativismo individualizado, que estava destruindo as reservas naturais do município e passassem a produzir para o autoconsumo. (Lissany, 2011, pg. 68)

questões referentes ao seu cotidiano, visando não apenas soluções para algumas limitações impostas pelo sistema, mas também para dar visibilidade as suas ações na esfera pública, na medida em que ocupavam determinados espaços”, o que para Lissany “tratava-se, portanto, de efetivar seus direitos sociais, face ao processo de empoderamento e de igualdade que estavam alcançando em sua realidade” (LISSANY, 2011, p. 70).

Assim no período de 12 a 14 de Agosto de 1993, ocorreu o I ‘Encontrão das Mulheres’ com a participação de 150 mulheres mirienses, marcando desta forma, a criação do movimento das mulheres em Igarapé-Miri, momento no qual passaram a debater e se posicionar em torno das problemáticas que as cercavam naquele período, bem como, a construir estratégias de resistências e lutas diante das barreiras a elas impostas, o que só foi possível a partir do referido movimento” (LISSANY, 2011, p. 72). Conforme depoimento apresentado abaixo

No ano de 93 as mulheres se organizaram, se juntaram com ajuda de dois homens que é o Pina e o Manoel Luíz pra poder discutir uma proposta para as mulheres sobre a organização das mulheres e foi aí que começa um debate sobre a participação das mulheres no movimento, nas organizações sociais. Nessa reunião que aconteceu em Maio elas decidiram fazer um encontro “encontro das mulheres” então as mulheres participaram do encontro e os **homens cozinham**. Nesse encontro elas colocaram todas as suas dificuldades, seus anseios, seus sonhos, as violências, muitas mulheres se emocionaram e deu muitas mulheres e a partir de lá nós fundamos o movimento das mulheres. (Fala de D. Raimunda – em 08/02/2016)

O ano de 1993 é conforme exposto acima o referente inicial da organização da Associação de mulheres em Igarapé-Miri uma vez que a partir desse momento, estas já mais organizadas, passaram a unir forças no intuito de conseguir melhores condições de vida e de dignidade para todas, o que possibilitou uma inserção mais contundente nas organizações e movimentos sociais .Uma questão muito importante mencionada acima pela entrevistada é o fato desta relatar que neste encontro os homens é quem foram para a cozinha cozinhar enquanto elas as mulheres discutiam assuntos referentes a sua organização .Rompem assim o discurso que só mulher é quem pode cozinhar e demonstra que os homens podem fazer essa tarefa também enquanto as mulheres discutem alternativas e soluções para seus problemas.

Após a realização deste encontro uma vez mais organizadas as mulheres começaram a galgar mais espaços na sociedade miriense, bem como em todo o país, participando de maneira mais intensa das organizações sociais, tais como STR e

Associação MUTIRÃO, o que culminou, inclusive na eleição, em 1992, de Carmem Helena<sup>14</sup> como a primeira mulher a assumir a presidência do STR em Igarapé-Miri. Esta parceria entre movimentos de mulheres e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) é apontada como imprescindível para a consolidação do movimento, isto porque em tempos de afirmação e consolidação foi o STR que financiou os encontros e demais eventos que proporcionaram as mulheres uma maior conscientização acerca de seus papéis na sociedade. (LISSANY, 2011, p. 75)

Atualmente o quadro social do sindicato é formado por 53% de mulheres cadastradas e entre os aposentados e pensionistas, estas representam 67% (LISSANY, op. cit.) além de representarem 50% do quadro da direção do STR em Igarapé-Miri, o que demonstra sua inserção nos movimentos sociais e a grande capacidade organizativa da qual são dotadas.

A conscientização político-social adquirida nas formações e na participação dos movimentos sociais já aqui mencionados, possibilitou as mulheres também o envolvimento em processos de produção e comercialização do açaí e de outros produtos naturais por meio da CAEPIM, conforme se verificará em seguida.

### 2.3 A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA CAEPIM.

Fundada em 14 de Março do ano de 2005 a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) se constitui por trabalhadores e trabalhadoras provenientes da agricultura familiar e do agroextrativismo miriense e surge como uma alternativa eficaz no sentido de “comercializar, estimular a produção, vender, emitir nota fiscal, fazer contraponto a empresas que compram a produção”, (I.F.A - Presidente da CAEPIM), ou seja, uma entidade que possibilitasse uma relação comercial sólida e eficiente, também do ponto de vista financeiro.

Conforme pode-se observar a cooperativa em questão surge como uma ferramenta capaz de viabilizar um comércio mais digno para seus cooperados e cooperadas, em respostas as associações já existentes no município, que devido sua natureza funcional não se apresentavam com este perfil. A busca por uma

---

<sup>14</sup> Antes de ocupar a presidência, a mesma exerceu outras funções de destaque como secretária, por exemplo. Atualmente é uma das diretoras da Central Única dos trabalhadores (CUT)

comercialização mais eficiente pode ser percebida já nos objetivos em torno dos quais criou-se a cooperativa, conforme verifica-se a seguir:

A CAEPIM “terá como objetivo principal o desenvolvimento de processos inerentes a produção, beneficiamento e **comercialização** – varejo e atacado – de frutas amazônicas, a exemplo do que se segue: açaí, palmito, cacau, cupuaçu, banana, buriti e condignos, a rigor, sob um regime de economia solidária e/ou de vertentes coletivizadas.” (ESTATUTO SOCIAL DA CAEPIM, 2005) [grifo nosso]

Ao se observar a citação apresentada acima extraída do estatuto social da associação analisada, percebe-se, claramente que a comercialização de frutas amazônicas, em decorrência de uma produção familiar compreende sua principal finalidade, embora não a única. Pois a formação dos cooperados visando uma produção sustentável também pode ser observada no mesmo documento acima mencionado. De acordo com o estatuto “a prestação de serviços aos seus cooperados, notadamente ao que tange a assistência técnica, formação profissional e para a produção sustentável, além da capacitação cooperativista e correlatos” constitui alguns dos seus principais objetivos e finalidades.

Outrossim, é válido ainda ressaltar que há por parte da presente entidade uma significativa preocupação com o meio ambiente e a preservação de seus recursos naturais. Assim sendo, é comum a oferta de cursos de formação profissional para fins de produção sustentável, o que possibilitou uma produção e comercialização com responsabilidade social e ambiental, os assim chamados ‘econegócios’ - para definir os produtos florestais não madeireiros que tem surgido no mercado nacional e até internacional com o título da preservação da natureza. (PRESSLER, 2008)

Principal produto comercializado pela CAEPIM em decorrência de sua grande produção em Igarapé-Miri o açaí pode ser considerado um produto não madeireiro e de grande importância socioeconômica. Pois conforme sugere Pressler (2008) em consonância com o relatório do IBGE (2007):

“Os negócios de produtos não madeireiros, inclusive **a comercialização do açaí fortalece a rede de empreendimentos local e proporcionam o desenvolvimento social das comunidades tradicionais**. O efeito dessa rede de negócios resulta na oportunidade de novos negócios, de empregos e do aumento da circulação interna da renda. (IBGE, 2007 apud PRESSLER, 2008). [Grifos nosso]

Conforme sugerem as reflexões acima expostas, a comercialização do açaí está diretamente vinculada ao desenvolvimento social e, porque não dizer econômico das comunidades tradicionais em torno das quais se desenvolve e implica diretamente, na geração de emprego e renda, visto que proporciona a vários grupos familiares o envolvimento nas mais variadas etapas que sua colheita demanda - peconheiros, debulhadores, fabricantes de rasas<sup>15</sup> – são algumas das funções que precisam coexistir para que o comércio do açaí se faça de maneira satisfatória.

No que concerne a produção do açaí é válido ressaltar ainda que esta se dá de maneira sustentável e sem agredir o meio ambiente, uma vez que seu cultivo não necessita da derrubada das árvores pois os frutos são colhidos em cachos e seu manejo é feito de maneira consciente, pois são retiradas apenas as árvores que não produzem mais obedecendo as orientações e de acordo com as experiências dos trabalhadores, conforme salienta Mourão (2011, p. 157) “os estipes de uma touceira de açazeira apresentam diferentes estágios de crescimento, o que permite um escalonamento dos mesmos para produção de frutos e extração de palmito in natura, de forma permanente, desde que se faça o manejo para assegurar a rotatividade de produção dos estipes.”

Outra característica marcante nos açazais é o replantio das mudas em áreas devastadas acidentalmente (pela queda de uma árvore, por exemplo) ou naquelas que nunca receberam o plantio. Assim a sempre uma renovação nos açazais, o que garante uma melhor produção sem provocar desequilíbrio ambiental.

No que concerne especificamente a participação feminina na produção e comercialização do açaí em Igarapé-Miri e em particular por meio da CAEPIM, considerando as várias etapas que este processo envolve é salutar destacar a imprescindível atuação das mulheres neste cenário, como destaca a senhora Rosa Bastos produtora de açaí e cooperada da entidade acima mencionada. A qual participa diretamente da fabricação dos utensílios usados na coleta dos frutos, como peconhas e rasas, limpeza e manejo dos açazais, debulha dos cachos de açaí e carreto das rasas no interior das propriedades. Sobre os processos em torno da produção do açaí dos quais participa é válido ressaltar o que diz a entrevistada já acima mencionada:

---

<sup>15</sup> Nomenclaturas utilizadas no universo da produção do açaí. *Peconheiro*: indivíduo geralmente jovem encarregado de subir na palmeira e colher (apanhar) os ‘cachos’ de açaí; *debulhadores*: são aqueles (geralmente mulheres) que se encarregam de depositar os frutos da açaí nas rasas, debulhando-os; *fabricantes de rasas*: atividade genuinamente feminina que consiste na fabricação das rasas para transportar o açaí in natura da propriedade até o local destinado para ser comercializado.

É pra desbulhar, mandar apanhar... tem que ir pra escolher, desbulhar pra ir um açai limpo sem tala sem nada né, pra sair um produto bão... e ser um produto melhor... é a rasa, o encerado, a peconha, a faca tudo é nós que... a rasa né leva pro mato aí pra desbulhar o açai pra trazer ... o arumã né pra fazer pra tecer aí tem que amarrar pra levar... tudo isso é o que eu faço. (Fala de D. Rosa Bastos -16/12/2015).

As reflexões acima expostas possibilitam-nos uma visão mais detalhada acerca da participação das mulheres no processo de comércio e produção do açai assim, torna-se evidente que estas desempenham uma importante participação, inclusive com desdobramentos que vão além de fazer as rasas “invenção nativa de grande versatilidade para o transporte em canoas e outros tipos de embarcações, confeccionada com talas de arumã- *Ischnosiphon ovatus* Kcke, da família das Marantáceas” (HOMMA et al, 2006, p.12 ) e/ou desbulhar os cachos. Algumas mulheres trabalham diretamente na colheita dos cachos, (apanhando o açai) e manejo dos açazais, como se verifica no depoimento de D. Ana Maria, uma senhora de 60 anos de idade que há muitos se dedica a produção de açai em regime de economia familiar.

A limpeza do açazal ... a limpeza a gente passa muito sacrifício pra limpar. A gente limpa... os açazais, vai tirando os filhos vai limpando... a gente alimpa de lá a gente tira as árvores que estão muito alta que não aguenta gente... vai deixando aquela que tá dando cultivo... De lá vem o açai... eu já tirei muito, já apanhei muito junto quase com ele, agora já não faço o que eu fazia com ele por causa da minha idade. A gente já tira pouco né... tira 20, 18 15... conforme... já não apanho muito como eu apanhava né (Fala de D. Ana Maria)

As reflexões apresentadas pela entrevistada revelam a participação feminina no cultivo do açai e corroboram com as informações aqui elucidadas que tem pretendido mostrar o papel da mulher na produção e comercialização deste importante instrumento da economia miriense.

Por esse motivo é possível observar que as mulheres participam ativamente de todas as etapas que norteiam o cultivo do açai, inclusive naquela que é certamente a mais desgastante fisicamente - que é o cultivo dos frutos, popularmente definido por apanhar (imagem 1) - *“e é muito cansado né, apanhação de açai é um serviço... cansado. A gente apanha, chega numa canseira, numa canseira.”*<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> D. Ana Maria, entrevista concedida em 31/12/2015.



**Imagem 01-** D. Ana Maria trabalhando na colheita do açai. Fonte: Pesquisa de campo – 01/01/2016

Através da imagem verificamos a mulher apanhando o açai e no seu depoimento ela relata o quanto é desgastante fisicamente, mais nem por isso deixa de fazer podemos inferir sobre isso que é uma forma de manter-se numa função de independência financeira. É valido também observar que a mulher da imagem acima já tem uma certa idade 60 anos o que com certeza merece nossa atenção o fato desta ainda conseguir realizar essa função , que demonstra mais uma vez a mulher capaz de se desdobrar e se manter dentro do processo de produção rompendo com estereótipos e antigos paradigma da sociedade .Pois para a mulher ribeirinha, trabalhadora rural a qual muitos das vezes exerce o papel de provedora do sustento familiar e responsável pelos trabalhos em sua área de terra de onde extraem o necessário para o sustento da família .Outro ponto a destacar é que estas mulheres trabalham pela necessidade uma vez que suas famílias dependem do trabalho de todos , cada um contribuindo da maneira que pode ou seja trabalham em regime de economia familiar.

Além de apanhar o açaí subindo nas árvores conforme se verifica na imagem 01, as mulheres também debulham os frutos nas rasas (imagem 02) uma atividade feita nos intervalos entre as subidas nas árvores como uma alternativa para recuperar o fôlego e subir novamente além é de carregar as rasas cheias de açaí (imagem 03) para a margem do rio de onde será levado para os portos de embarque e desembarque.



**Imagem 02-** D. Ana Maria debulhando açaí na rasa. Fonte: CHAVES, acervo de pesquisa de campo – 01/01/2016



**Imagem 03:** D. Ana Maria carregando açaí na rasa. Fonte: CHAVES, acervo de pesquisa de campo – 01/01/2016

Outra importante participação feminina denunciada pela entrevista acima relatada diz respeito ao manejo dos açaiçais o qual representa a renovação das palmeiras e a limpeza do solo, para melhoramento da produção.

A participação feminina é certamente determinante para uma produção sustentável em regime de agricultura familiar para as mais variadas culturas, mas de modo particular no que

concerne ao cultivo do açaí, conforme reflexões aqui construídas, uma vez que estão diretamente envolvidas em todos os processos que envolvem sua produção e comercialização.

Ao longo das reflexões aqui latentes apresentou-se a participação feminina especificamente no que concerne ao cultivo e produção do açaí na propriedade rural. Assim sendo, para uma compreensão mais detalhada acerca da participação das mulheres em todo o processo, resta-nos, ainda, perceber como estas atuam na comercialização do açaí.

Nesse sentido, faz-se importante o depoimento de D. Maria de Jesus<sup>17</sup>, secretária da CAEPIM acerca da participação feminina na pedra,<sup>18</sup> um cenário, dominado, ainda hoje pelos homens.

É ... o meu trabalho aqui na pedra é ... ajudar a pesar, fazer anotação ... do açaí que vem dos produtores e depois... vou fazendo as planilhas para entregar para o ... tesoureiro fazer o pagamento. Também trabalho com a planilha da sobra do açaí. (Fala de D. Maria de Jesus – 08/01/2016)

Conforme exposto acima é salutar perceber que as mulheres possuem, hoje, uma atuação mais significativa em todos os ambientes da sociedade, mesmo naqueles nos quais predominam os trabalhos que exigem grande esforço físico, como os locais de embarque e desembarque do açaí. (Imagem 04). Todavia esta presença feminina se dá submetendo-a a trabalhos forçados e insalubres.

É notório a presença feminina em todos os espaços onde se desenvolve as atividades relacionadas ao açaí, até nos locais antes dominados exclusivamente por homens que eram os de comercialização, as mulheres adentraram nestes ocupando funções centrais. E enfrentando os desafios de trabalhar num ambiente extremamente machista convivendo algumas vezes com assédio e porque não dizer sendo violentada por alguns que insistem em não ver a mulher como parte importante nesse processo. Todavia estas não deixam suas conquistas serem desrespeitados e sempre arrumam estratégias eficazes de terem seus direitos garantidos. Ocupando os papéis importantes e de destaque pois estas são sem dúvida possuem grande capacidade organizativa.

---

<sup>17</sup> D. Maria de Jesus, secretária da CAEPIM, entrevista concedida em 08/01/2015

<sup>18</sup> Designação de caráter popular para se referir ao porto de embarque e desembarque do açaí in natura.



**Imagem 04:** Porto Regional do açai. Local de embarque e desembarque do açai comercializado pela CAEPIM. Fonte: CHAVES, acervo de pesquisa de campo – 08/01/2016

Ao conquistarem seus espaços e marcarem presença em ambientes outrora exclusivamente masculinos, as mulheres conseguiram, ainda, se destacar entre os homens, (imagem 04), na qual verifica-se um momento de desembarque de açai in natura e percebe-se que aos homens compete carregar as rasas com açai, enquanto a mulher entre estes desempenha uma função de monitoramento e supervisão fazendo o controle da pesagem e as devidas anotações para fins financeiros, o que a coloca no centro de todo o processo de comercialização do açai, desempenhando uma função de destaque e de fundamental importância para o sucesso do comércio e mostra seu empoderamento social.

Conforme pode-se verificar a participação feminina no cenário acima sugerido merece destaque, dada sua importância para todo o processo produtivo do açai e corrobora com as reflexões acerca de uma atuação mais contundente das mulheres mirienses em ambientes antes dominados única e exclusivamente pelos homens.

Ao participarem em condições de igualdades aos homens estas rompem estereótipos e paradigmas que durante anos a consideraram como um ser inferior e submisso e colocam-se como agentes transformadores da sociedade por meio do trabalho e da geração de emprego e renda, capaz de desempenhar diversas funções de gerenciamento e liderança proporcionando aos grupos familiares dos quais participam

melhores condições de vida e ao município como um todo o fortalecimento de sua economia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da elaboração deste trabalho, surgiram diversas dificuldades que precisaram ser superadas, para que o mesmo pudesse ser desenvolvido de modo a discutir, responder e apontar soluções a todas as questões propostas. Uma das principais dificuldades que enfrentei, durante a pesquisa, foi conseguir reunir com as mulheres escolhidas para serem entrevistadas, em virtude da incompatibilidade de horário, já que as mesmas por passarem o dia ocupada com suas tarefas, seja na lavoura, nos seus açaiçais ou movimento social onde desenvolvem atividades, não conseguiam tempo disponível para as entrevistas. Outra dificuldade encontrada está relacionada a localidade onde algumas mulheres entrevistadas moram, por serem comunidades distantes da área onde resido, exigiram muito mais do meu tempo, pois, enquanto algumas mulheres eram apenas entrevistadas, outras além da entrevista se disponibilizaram a me mostrar como de fato elas realizam suas atividades, ou seja, precisei acompanhá-las para fazer os registros que aparecem no decorrer do trabalho.

Também precisei me deslocar até o local onde é feito o desembarque do açaí comercializado pelas cooperativas e também pelos atravessadores, para coletar dados e também fazer registros, e novamente pela questão de horário de funcionamento e localização deste porto tive certa dificuldade, mas consegui coletar todos os dados de que precisava para realizar meu trabalho com êxito. No decorrer da pesquisa pude comprovar a grandeza de toda o processo de atuação dessas mulheres que diariamente desempenham as mais variadas funções relacionada ao açaí o que sem dúvida deve ser reconhecido .

Durante décadas a história contada através dos fatos e estudada nas escolas como simples linha do tempo cronologicamente transcrita em palavras e figuras limita-se a uma visão elitista, abandonando grupos sociais vistos como minorias e, portanto, subalternos, entre os quais destacam-se as mulheres, que nesse momento pouco ou nada apareciam, vistas, apenas, como sombras dos homens. Com o passar do tempo a historiografia cede espaço para uma “história vista de baixo” (BURGUIERE, 1995) e a história da mulher ganha destaque, além das ações micro estruturais do cotidiano, que

constroem a verdadeira história das sociedades em ações socioeconômicas, políticas e culturais.

Nesse cenário, as mulheres levantam a bandeira da construção de uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos e passam a lutar cada vez mais e de maneira mais organizada por seus espaços.

Ao longo de toda a pesquisa buscou-se perceber a participação feminina nos espaços sociais, religiosos e políticos em Igarapé-Miri, espaços estes buscados no intuito de criar condições para a sua participação. As reflexões aqui sugeridas, bem como os depoimentos analisados comprovam que a mulher, sobretudo a mulher rural, a muito tempo deixou de ser senhora do lar, e sim como alguém que está inserida em todos os movimentos e discussões, sendo capaz de criar e recriar ações transformadoras.

Neste trabalho buscou-se analisar a participação da mulher no processo de produção e comercialização do açaí em Igarapé-Miri, por meio da Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM), e esta se verifica de maneira efetiva e determinante, uma vez que participam da colheita dos frutos, da fabricação das rasas utilizadas para transportar o açaí, do manejo dos açazais e na comercialização do açaí.

Assim sendo o presente trabalho tem grande importância para todos os grupos mencionados, para a sociedade miriense e para todas as pessoas que dele poderão utilizar-se futuramente. O mesmo se constrói na tentativa de demonstrar a atuação feminina na produção e comercialização do açaí em Igarapé-Miri, embora outras publicações anteriores já tenham, sabiamente, refletido acerca da figura feminina e de sua atuação em outros segmentos da sociedade.

Assim sendo, é salutar que as mulheres ocupem cada vez mais os espaços pelos quais lutam há anos, atuando não mais como meras coadjuvantes, mas sejam capazes de atuar como agentes transformadoras de uma sociedade que as discriminou e agora precisa reconhecer sua importância e contribuição, mesmo em ambientes desgastantes fisicamente, como ocorre com a produção e no comércio do açaí.

Enquanto mulher ribeirinha, pude observar desde cedo acompanhar de perto e vivenciar a atuação das mulheres em todas as atividades relacionadas ao açaí, desde o momento do preparo dos açazais, passando pela colheita e debulha dos frutos, inclusive algumas realizando sozinhas tais tarefas, contribuindo de maneira decisiva com renda familiar.

Ao longo dos anos em Igarapé-Miri estas mulheres se fizeram presentes nas discussões sociais, mas sobretudo organizaram-se e lutaram pela garantia de seus direitos, hoje, muitos já garantidos o que proporcionou-lhes não apenas o trabalho nas suas propriedades, mas também a participação decisiva nas diretorias das associações, cooperativas e sindicatos ganhando, assim, mais espaço nos ambientes de gerenciamento.

Finalmente, as reflexões aqui latentes buscam demonstrar que a atuação das mulheres no trabalho do açaí não se limita unicamente a propriedade familiar, estendendo-se para todas as etapas do processo de produção e comercialização do açaí, agindo como protagonistas de sua própria história, exercendo um papel determinante e decisivo.

## FONTES DA PESQUISA

### A) FONTES ORAIS

- Ana Maria Farias Lobato, 61 anos, proprietária de açazal.
- Benedita dos Santos Miranda (Benoca) - 69 anos professora aposentada, líder comunitária e catequista
- Ismael Fonseca Araújo – 36 anos, Presidente da CAEPIM
- Ezequiel Fonseca Araújo – 32 anos, agente de pastoral da Paróquia de Sant’Ana
- Maria de Jesus – idade, Secretária da CAEPIM
- Maria de Jesus pinheiro Gomes – idade, membro da CAEPIM e participante da comunidade Cristã Nsa. Sra. Aparecida

- Raimunda da Costa Almeida – tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé- Miri (STRR)
- Rosa Maria Araújo Bastos – 60 anos, proprietária de açcaizal.

#### B) FONTES ESCRITAS

Estatuto da Cooperativa Agrícola dos Empregadores populares de Igarapé-Miri – CAEPIM

#### C) FONTES IMAGÉTICAS

Mapa do Município de Igarapé-Miri

Imagens fotográficas que foram feitas durante as atividades de pesquisa de Campo

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Isaac Fonseca. **Território de Ação Local: uma etnografia da vida associativa na Amazônia Tocantina**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ARAÚJO, Isaac Fonseca & SOUZA, Armando Lírio de. **Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará**. Belém: Novos Cadernos NAEA. v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.

BLOCH, Marc. **A história, os homens e o tempo**. In: **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. p. 51 - 154

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. **A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo.** In: Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento. Organizadores: Alzira Medeiros, Ângela Schwengber, Valmor Schiochet. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).** MTE/SENAES-FBES: Brasília, 2007.

BURGUIÈRE, André. **A antropologia histórica.** In: LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fones, 1995.

BURKE, Peter. **A vez da antropologia histórica.** In: **O que é história Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CUNHA, Elaide Martins da Cunha. **Mutirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açai como alternativa econômica no contexto de gênero.** Belém: Paper do NAEA, dezembro 2006.

DEL PRIORE, Melry. **A mulher na história do Brasil** – 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 1994. – (Coleção Repensando a História)

FILHO, Milton Melo dos Reis & TORRES, Iraildes Caldas. **Gênero, Trabalho e Segurança Alimentar: um estudo sobre as mulheres de Izidoro e Barro Alto, no Amazonas.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

EID, F. **Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** CONGRESSO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 11. **Anais.** Osaka, Japão: FIEALC, 2003.

EID, Farid. **Economia Solidária, Desenvolvimento Organizacional e Cooperativismo Rural.** In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. Estratégias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil). Espanha: OfiBOOK, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; JUNIOR G. Santana. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia.** Disponível em: <<http://www.dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

FONTES, Edilza & RIBEIRO, Fabrício. **Os trabalhadores do açai na Amazônia: cotidiano, natureza, memória cultural.** História Oral. vol. 1, nº 15, p. 81 – 106, 2012

GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH. Salvador: UFBA, n. 39, p. 181-211, 2003.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GENTILI, Pablo. **Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático.** In: AZEVEDO, José Clovis de (et al). **Utopia e democracia na educação cidadã** – Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS/ Secretaria Municipal de Educação, 2000.

GONÇALVES, Lissany Braga. **Trabalhadoras e Economia Solidária na Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri/ASMIM-Pará: da resistência à estratégia de desenvolvimento local.** 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Belém, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Todo povo tem história.** In: **Sobre a história.** São Paulo, Cia das Letras, 1998

HOMMA, Alfredo Kingo; et al. **Açaí: Novos desafios e tendências. Amazônia. Ciência & Desenvolvimento.** Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Histórico do Município de Igarapé-Miri,** 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acessado em 08.10.2015.

LOBATO, Eládio Corrêa. **Caminho de Canoas Pequenas.** 2ª ed. Belém, 1985.

MÉSZÁROS, István (1930). **A Crise Estrutural do Capital** [Tradução Francisco Raul Cornejo *et al.*]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURÃO, Leila. **Do Açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico.** Belém: Ed. Açaí, 2011

NASCIMENTO, Cecília Vieira do & OLIVEIRA, Bernardo J. **O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher.** Cadernos pagu, 2006

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos.** Belém: Paka-Tatu, 2004.

PRESLER, Neusa. **Econegócios e Narrativas das Organizações na Amazônia; Comunicação e Experiência das Comunidades Tradicionais na comercialização do Açaí.** XXXI Congresso de Ciências da Comunicação – Natal, RN, 2008.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA).** 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil.** In: BENINI Édi *et al.* Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. 1ª ed. vol. 2, São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.) A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** 1. ed. 3. Reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia – Texto para discussão.** Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

SILVA, Katyanne Rocha da. & ALBUQUERQUE, Luís Eduardo Moraes de. **A importância das comunidades eclesiais de base na formação política do povo morruense.**

Disponível em:

SOUZA, Armando Lírio de. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA).** 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. **Boletim Mercado de Trabalho.** IPEA: Brasília, n. 52, p. 63-70, 2012.

THOMPSON, Paul. A Contribuição da História Oral. In: A Voz do Passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, PP 104-137.

LE GOFF, Jaques. “Passado-presente”. In: História e memória. Campinas: Unicamp, pp. 203-231.